



ATIVIDADES DE TREINO

Mandado de
Injunção

Prof. Líbero Filho





PEÇA PRÁTICO - PROFISSIONAL

De acordo com o artigo 37, X, da CF/88, os servidores públicos devem receber aumento, fato que deve ser feito pelo poder executivo. O prefeito do município da cidade da Esperança, capital do Estado Y, por várias vezes, comprometeu-se a conceder anualmente o reajuste dos seus servidores, sem nunca ter cumprido. Depois de sete anos de reivindicações dos servidores Públicos municipais com várias tentativas administrativas e de longas batalhas na esfera sindical, o Sindicato resolveu procurar a justiça para fazer valer em concreto o direito subjetivo garantido pela Constituição. Dessa forma, o Sindicato dos Servidores Públicos do Município da Esperança, procura um advogado para dar resposta aos questionamentos sindicais quanto à omissão inconstitucional do prefeito da cidade, que vem inviabilizando o exercício do direito ao reajuste anual previsto no citado artigo da Constituição Federativa do Brasil. Diante deste cenário, redija a peça processual a fim de garantir o exercício do direito subjetivo dos associados, diante da omissão inconstitucional provocada pelo Prefeito. (Valor: 5,00)

Obs: a peça deve abranger todos os fundamentos de direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere pontuação.



Modelo da Peça Prático-profissional

EXMº SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO Y

SINDICATO dos Servidores Públicos do Município da Esperança..., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº..., sede em..., vem, por meio de seu advogado, infrafirmado, com procuração em anexo, endereço eletrônico, com endereço profissional na Rua., que indica para fins do art. 77, V, do CPC, com base no Art. 5º, LXXI, da CRFB/88 e na Lei 13.300/16, vem, respeitosamente, impetrar **MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO** em face do Prefeito do Município Esperança e do Município Esperança, capital do Estado Y, pela omissão na criação da lei de sua competência, com sede funcional em..., pelos fatos e fundamentos a seguir.

I - DOS FATOS

Após sete anos de reivindicações dos servidores Públicos municipais com várias tentativas administrativas e de longas batalhas na esfera sindical para conseguir o reajuste anual, mesmo após várias promessas por parte do Prefeito do município da cidade da Esperança, capital do Estado Y, nunca houve o efetivo aumento. O que afronta o artigo 37, X, da CF/88, os servidores públicos devem receber aumento, fato que deve ser feito pelo poder executivo. Assim, não restaram alternativas ao autor senão o ajuizamento da presente ação.

II - DO CABIMENTO DA AÇÃO

A presente demanda é cabível pela ausência total de norma regulamentadora para os servidores públicos municipais do Município da Esperança o que tornou inviável o exercício dos seus direitos trabalhistas, conforme o exposto no art. 2º da Lei nº 13.300/16.

III - DA COMPETÊNCIA

Considerando a aplicação do foro por prerrogativa de função no Mandado de Injunção, é competente para julgar a presente demanda o Tribunal de Justiça do Estado Y, uma vez que está inserido no polo passivo o Prefeito do Município Esperança, capital do Estado Y, nos termos do art. 125, §1º da CF/88.

IV - DA LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA

No que tange a legitimidade, o sindicato dispõe de legitimidade ativa para impetrar o presente Mandado de Injunção Coletivo, pois busca assegurar o exercício dos direitos de seus associados conforme dispõe o Art. 12º, inciso III, da Lei 13.300/2016. No que diz respeito à legitimidade passiva o prefeito do Município haja vista que, no processo



legislativo municipal, é quem detém competência privativa para iniciar o processo legislativo no presente caso, nos termos do Art. 37, X, da CRFB/88.

V - DA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL

Diante da ausência de norma regulamentadora que tornou inviável o exercício dos direitos trabalhistas dos servidores do Município Y, faz-se necessário a determinação de prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma, bem como as condições que ocorrerá, conforme art 8º, I e II, da Lei nº 13.300/16.

VI - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

O direito ao reajuste salarial dos servidores públicos está disciplinado no Art. 37, X, da CRFB/88, o que não está sendo seguido pelo município da Esperança.

Por fim, a omissão se dá com o que reza o art. 61, §1º, II, alínea “a”, CRFB/88 disciplinando a iniciativa privativa do executivo para o reajuste da remuneração.

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Requerimento de juntada de documentos essenciais, de acordo com o art. 4º, §1º, da Lei 13.300/16;
- b) Requerimento de notificação da autoridade omissa, art. 5º, I, da Lei 13.300/16;
- c) Dar ciência do ajuizamento da ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica vinculada à autoridade coatora, nos termos do art. 5º, II, da Lei 13.300/16;
- d) A procedência do Mandado de Injunção para que se reconheça o estado de mora e estabeleça prazo razoável para edição da norma omissa, nos termos do art. 8, caput e I, da Lei 13.300/16;
- e) Requerimento de intervenção do Ministério Público, conforme art. 7º da Lei 13.300/16;
- f) condenação dos impetrados em custas processuais.

Dar-se-á causa o valor de R\$..., conforme o art. 319, V, do CPC.

Termos em que pede deferimento.

Local, data...

Advogado...

OAB nº...



Distribuição de pontos

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
Endereçamento		
1. EXMº SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE... (0,15)	0,00/0,15	
Qualificação das partes		
2. Sindicato dos Servidores Públicos do Município da Esperança (0,15) 3. O prefeito do município da Esperança (0,15).	0,00/0,15/0,30	
Cabimento da ação		
4. Município da Esperança não procedeu à edição da lei regulamentadora, o que tem prejudicado os servidores públicos municipais (0,30) (art. 2º, Lei nº 13.300/16) (0,10)	0,00/0,30/0,40	
Legitimidade ativa e passiva		
5. Legitimidade ativa: O sindicato dispõe de legitimidade ativa para impetrar o presente Mandado de Injunção Coletivo, pois busca assegurar o exercício dos direitos de seus associados (0,30), conforme dispõe o Art. 12º, inciso III, da Lei 13.300/2016 (0,10). 6. Legitimidade passiva: A do prefeito do Município haja vista que, no processo legislativo municipal, é	0,00/0,30 0,40/0,90	



quem detém competência privativa para iniciar o processo legislativo no presente caso (0,40), nos termos do Art. 37, X, da CRFB/88 (0,10);		
Fundamentos		
7. Fundamento Constitucional (art. 5º, LXXI, CF/88) (0,30) + Legislação Ordinária (Lei nº 13.300/16). O direito ao reajuste salarial dos servidores públicos está disciplinado no Art. 37, X, da CRFB/88 (0,30). 8. Pontua-se o que reza o art. 61, §1º, II, alínea a, CRFB/88 disciplinando a iniciativa privativa do executivo para o reajuste da remuneração (0,30).	0,0/0,30 0,60/0,90	
Da omissão Inconstitucional		
9. Diante da ausência de norma regulamentadora que tornou inviável o exercício dos direitos trabalhistas dos servidores do Município Y, faz-se necessário a determinação de prazo razoável para que o impetrado promova a edição da norma, bem como as condições que ocorrerá (0,40), conforme art 8º, I e II, da Lei nº 13.300/16 (0,10).	0,0/0,40	
Pedidos		
10. Requerimento de juntada de documentos essenciais (0,20), de acordo com o art. 4º, §1º, da Lei 13.300/16 (0,10); 11. Requerimento de notificação da autoridade omissa (0,20), art. 5º, I, da Lei 13.300/16 (0,10); 12. Dar ciência do ajuizamento da ação ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica vinculada a	0,0/0,20 0,30/0,50/0,60 /0,80/0,90/1,10 1,20/1,40 1,50/1,70	



autoridade coatora (0,20), nos termos do art. 5º, II, da Lei 13.300/16 (0,10); 13. A procedência do Mandado de Injunção para que se reconheça o estado de mora e estabeleça prazo razoável para edição da norma omissa (0,20), nos termos do art. 8, caput e inciso I, da Lei 13.300/16 (0,10); 14. Requerimento de intervenção do Ministério Público (0,20), conforme art. 7º da Lei 13.300/16 (0,10); 15. Condenação dos impetrados em custas processuais (0,20).		
Fechamento		
16. Valor da causa... (0,10) 17. Local..., Data..., Advogado...e OAB... (0,10)	0,0/0,10 0,20	



Palavras-chave (procure no índice)

MANDADO DE INJUNÇÃO

DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CRFB/88)

SERVIDOR PÚBLICO